

**PSICOLOGIA EMPÍRICA E ANTROPOLOGIA NO  
PENSAMENTO CRÍTICO DE KANT: A DÉCADA DE 1780<sup>1</sup>  
EMPIRICAL PSYCHOLOGY AND ANTHROPOLOGY IN KANT'S  
CRITICAL THOUGHT: THE DECADE OF 1780**

*Saulo de Freitas ARAUJO<sup>2</sup>*

*Diego Azevedo LEITE<sup>3</sup>*

Nas últimas décadas, a antropologia pragmática de Kant tem ocupado lugar de destaque na literatura especializada, gerando um intenso debate sobre a sua significação mais ampla (e.g. Bonaccini 2010; Brandt 1999; Cohen 2009, 2014; Frierson 2003, 2013; Jacobs & Kain 2003; Louden 2000; Perez 2009, 2010, 2013; Schmidt 2007; Sturm 2009; Wilson 2006; Zammito 2002). De outro lado, o reconhecimento da importância da psicologia empírica para o entendimento de questões centrais da filosofia kantiana também tem gerado investigações mais sistemáticas sobre este campo (e.g. Araujo 2013; Frierson 2014; Sturm 2009). Da mesma forma, muitos autores têm explorado a relação entre a antropologia pragmática e a psicologia empírica, assim como sua relevância para a compreensão de certos aspectos do pensamento kantiano (e.g. Bonaccini 2010; Brandt & Stark 1997; Borges 2003; Fulgêncio 2006; Gomes 2005; Hatfield 1998; Leary 1982; Leite & Araujo 2014, 2015).

Em que pese, porém, a proliferação de estudos sobre psicologia e antropologia em Kant, há ainda muita divergência entre os autores acerca do sentido exato da relação entre estes dois campos de conhecimento. Isso se deve não só à grande complexidade do tema em questão, mas também às transformações conceituais associadas aos termos 'antropologia' e 'psicologia' ao longo da obra de Kant. Dessa forma, investigações mais detalhadas e sistemáticas se fazem necessárias.

Uma forma possível de contribuir para o esclarecimento dessa relação é acompanhar o desenvolvimento gradual dos conceitos em questão, assim como as transformações introduzidas por Kant ao longo de sua obra. Seguindo essa estratégia metodológica, pudemos mostrar, em um estudo anterior sobre o pensamento inicial de Kant (Leite & Araujo 2014), que ele utilizou, até a primeira metade da década de 1770, os termos 'psicologia empírica' e 'antropologia' de forma quase idêntica, e que somente a partir da segunda metade desta mesma década é que ele introduziu uma distinção mais clara e fundamental entre ambas as disciplinas.

Dando continuidade à nossa investigação anterior, o objetivo do presente trabalho é analisar a relação entre psicologia empírica e antropologia pragmática no pensamento crítico de Kant, mais especificamente na década de 1780, que compreende as duas edições da *Crítica da Razão Pura* (CRP). Tomaremos como guia para nossa análise a afirmação de Kant segundo a qual a psicologia empírica deveria ter lugar em uma “antropologia pormenorizada” (KrV, A 848/ B 876). Embora não haja ainda uma explicação satisfatória para essa afirmação na literatura especializada, acreditamos que seu esclarecimento seja fundamental para a compreensão da posição de Kant sobre a relação entre psicologia empírica e antropologia neste período.

Para alcançar nosso objetivo, o trabalho será dividido em três partes principais. Na primeira, considera-se a ligação entre a psicologia empírica e a antropologia estabelecida na CRP e outros textos do período. Devido à permanente exclusão da psicologia empírica da metafísica, Kant indica que aquela deve se estabelecer em uma ‘antropologia’. Na segunda parte, com o objetivo de melhor entender esta ligação, buscamos compreender corretamente o significado de ‘antropologia’ neste período, bem como das duas partes que constituem este conhecimento: a antropologia escolástica (teórica) e a antropologia pragmática. Na terceira parte, direcionamos nossa análise para as concepções kantianas a respeito da psicologia empírica e do seu objeto de estudo. Observamos, então, as relações que o campo mantém com a antropologia escolástica, o que permite uma compreensão mais clara da afirmação de Kant feita na CRP e da relação entre a psicologia empírica e a antropologia pragmática.

## 1. O DESLOCAMENTO DA PSICOLOGIA EMPÍRICA PARA A ANTROPOLOGIA

Já na primeira edição da CRP, após confirmar a exclusão da psicologia empírica do campo da metafísica, Kant faz uma afirmação pouco esclarecedora, segundo a qual a psicologia empírica seria absorvida por uma antropologia:

[...] qual será a posição da *psicologia empírica*, que sempre reclamou o seu lugar na metafísica, e da qual se esperavam na nossa época tão grandes coisas para o esclarecimento desta ciência, depois de se ter perdido a esperança de estabelecer *a priori* qualquer coisa de concludente? Respondo: o seu lugar é aquele onde deve ser colocada a física propriamente dita (empírica), isto é, do lado da filosofia *aplicada*, para a qual a filosofia pura contém os princípios *a priori* e com a qual, portanto, deve estar unida, mas não confundida. Assim, a psicologia empírica deve ser completamente banida da metafísica e já está dela completamente excluída pela ideia desta ciência. Contudo, deveria nela reservar-se lhe um pequeno lugar, segundo o uso da Escola (mas somente como episódio), e isto por motivos de economia, porque não é ainda tão rica para constituir isoladamente um estudo e, todavia, é demasiado importante para que se possa repelir inteiramente ou ligá-la a outra matéria, com a qual tivesse ainda menos parentesco do que com a metafísica. É, portanto, simplesmente um estranho, ao qual se concede um domicílio temporário até que lhe seja possível estabelecer morada própria numa antropologia pormenorizada (que seria o análogo da física empírica) (KrV, A 848/ B 876 – itálicos no original; cf. V-Met/Schön, AA 28: 470).<sup>4</sup>

O que causa surpresa nesta passagem não é o fato de a psicologia empírica estar desvinculada da metafísica, pois isso já estava claro pelo menos desde a Dissertação de 1770 (Araujo 2013). De fato, a concepção kantiana de metafísica, neste período, apesar de algumas particularidades,

se mostra em continuidade com o que havia sido estabelecido a partir de 1770. Se observarmos o que é dito na *CRP* – principalmente nos prefácios da primeira e segunda edição, assim como na *Arquitetônica da Razão Pura* – e também nas introduções das preleções sobre metafísica deste período, iremos notar que há uma continuidade tanto no que diz respeito à definição geral de metafísica quanto no que se refere à sua estrutura geral. A tese central de Kant, de que o âmbito da metafísica é a parte racional do conhecimento (denominada agora de parte pura *a priori*), e que nela não se misturam conhecimentos empíricos, continua intocada (KrV, A 12; cf. KrV, A 20/ B 14; V-Met/Volckmann, AA 28: 358; V-Met/Mron, AA 29: 750, 751).

Portanto, a psicologia empírica e a física empírica permanecem coerentemente excluídas da metafísica. Com relação à física empírica, não existe aqui qualquer problema, uma vez que o campo já se encontrava, neste período, bem desenvolvido e havia também uma disciplina acadêmica separada para que os acadêmicos, interessados no assunto, pudessem ministrar disciplinas sobre o tema, publicar materiais específicos e aperfeiçoar a área – como era amplamente feito na época de Kant. No que diz respeito à psicologia empírica, contudo, a situação é bastante diferente. Inicialmente considerada como parte fundamental da metafísica, Kant a exclui de seu sistema metafísico em 1770, após uma reformulação da concepção de metafísica (Araujo 2013). Depois disso, ainda no início da década de 1770, Kant considera ‘psicologia empírica’ e ‘antropologia’ como sinônimos e cria um curso à parte para tratar do assunto. Entretanto, já na segunda metade desta mesma década, ele estabelece uma distinção entre a psicologia empírica e a antropologia pragmática, que ele mantém e desenvolve em seus cursos (Leite & Araujo 2014). Consequentemente, a psicologia empírica não se torna uma disciplina acadêmica separada. Surge, então, a questão: o que fazer com ela? A resposta de Kant, como vimos, é vinculá-la a uma antropologia pormenorizada. No entanto, não há nenhum esclarecimento sobre o sentido e o alcance desta antropologia.

Na *Preleção sobre Metafísica* de 1782/83, em uma passagem muito próxima à anterior, a psicologia empírica é novamente apresentada como um conhecimento incompleto, o qual carece de melhor elaboração e para o qual ainda não há um curso específico. Além disso, a sua ligação com a antropologia é novamente reiterada:

Há também a psicologia empírica, na qual eu *preciso pressupor observações* a fim de dizer algo sobre a alma. Ela também não pertence à metafísica. [...] alegria, contentamento e todos os movimentos do ânimo são apenas meras observações [...]. *Uma psicologia das observações poderia ser chamada de antropologia*. [...] Ela ainda não amadureceu suficientemente de forma que um curso especial (Collegium) possa ser feito a partir dela. Ela foi por isso inserida na metafísica [...]. *Pode-se ainda distingui-la da antropologia, se se entende por isso o conhecimento do homem na medida em que ele é pragmático* (V-Met/Mron, AA 29: 756, 757 – itálicos nossos).

Novamente aqui, a psicologia empírica é um conhecimento imaturo e, por conta disso, não é possível a criação de um curso específico para tratar dela. Em relação a este ponto, a preleção sobre metafísica de 1784/85 converge de forma rigorosa:

A psicologia empírica, portanto, pertence tão pouco quanto a física empírica à metafísica. *Uma psicologia das observações precisaria ser chamada de antropologia*, na qual se observa o homem conforme o que ocorre internamente em seus pensamentos. [...] a psicologia ainda não se encontra tão desenvolvida,

de forma que pudesse fornecer material suficiente para o conhecimento da alma e constituir a partir disso uma disciplina acadêmica (Collegium) separada; assim, não se sabia o que deveria ser feito com ela, e ela foi empurrada para dentro da metafísica. Aqui, ela precisa ser tratada como um estranho e ser tomada como uma *μετάβασις εἰς ἄλλο γένος*,<sup>5</sup> pois ela ainda não está suficientemente desenvolvida para constituir uma ciência particular (V-Met/Volckmann, AA 28: 367 – itálicos nossos).

Nessas últimas passagens, fica claro que a psicologia empírica, agora também chamada de “psicologia das observações”, também deve ser chamada de antropologia. Por outro lado, Kant faz ainda um acréscimo na segunda passagem: a psicologia empírica poderia ser diferenciada da antropologia, caso se entenda por isso o conhecimento do homem na medida em que este conhecimento é pragmático. Há, portanto, uma relação íntima entre a psicologia empírica e a antropologia neste período, mas o sentido exato desta relação não é claramente explicitado. Por que Kant diz que a psicologia empírica deve ser chamada de antropologia, mas diferenciada do conhecimento do homem na medida em que ele é pragmático? Qual é a relação que a psicologia empírica mantém com a antropologia pragmática? Para responder a essas questões, vamos esclarecer, em primeiro lugar, o que Kant entende por antropologia neste período. Depois, apresentaremos suas concepções acerca da psicologia empírica. Por fim, estabeleceremos o sentido da relação entre os dois campos de conhecimento no pensamento kantiano deste período.

## 2. ANTROPOLOGIA NA DÉCADA DE 1780

A primeira grande modificação na concepção kantiana a respeito da antropologia, em relação à década de 1770, diz respeito ao próprio significado do termo. Agora, o termo ‘antropologia’ se refere ao todo do conhecimento do homem, como se vê nas seguintes passagens: “o conhecimento do homem nós denominamos por meio do nome geral antropologia” (V-Anth/Mensch, AA 25: 856); “o conhecimento do homem em geral se chama [...] *antropologia*” (V-Anth/Mron, AA 25: 1210 – itálico no original). Para Kant, quando o conhecimento do homem é construído através da experiência e da observação, e articulado por meio de certo método – isto é, quando se apresenta este conhecimento de forma sistemática –, ele constitui uma ciência, “que se denomina antropologia” (V-Anth/Busolt, AA 25: 1435). No período anterior, Kant considerava o conhecimento do homem enquanto um todo como sendo ‘psicologia empírica’ (V-Anth/Fried, AA 25: 473), e reservava o termo ‘antropologia’ apenas para designar o conhecimento do homem na medida em que ele é pragmático (V-Anth/Fried, AA 25: 470). Portanto, podemos afirmar que, na década de 1780, o termo ‘antropologia’ passa a significar o todo do conhecimento do homem.

Por outro lado, a distinção feita na segunda metade da década de 1770 entre conhecimento teórico (especulativo) e conhecimento pragmático acerca do homem é mantida neste novo período de forma muito semelhante. Segundo Kant, dois tipos de conhecimentos gerais precisam ser diferenciados: 1) o *conhecimento escolástico* (teórico, especulativo, acadêmico), que serve para a academia (*Schulkenntnis*); e 2) o *conhecimento pragmático*, que serve para uma aplicação no mundo (*Weltkenntnis*) (V-Anth/Mensch, AA 25: 853; cf. V-Anth/Mron, AA 25:

1209; V-Anth/Busolt, AA 25: 1435). No âmbito do conhecimento do homem, em que se pode considerar o objeto de acordo com estes dois tipos de conhecimento, portanto, se tem: 1) uma *antropologia escolástica* (teórica, especulativa, acadêmica), baseada no conhecimento da academia; e 2) uma *antropologia pragmática*, baseada no conhecimento do mundo (V-Anth/Mensch, AA 25: 855; cf. V-Anth/Mron, AA 25: 1210; V-Anth/Busolt, AA 25: 1436). O conhecimento do homem em geral (antropologia), assim, é duplo.

## 2.1. ANTROPOLOGIA ESCOLÁSTICA

A antropologia escolástica, na concepção de Kant, se caracteriza principalmente por ser um conhecimento do homem que tem valor apenas para a academia. Isso significa que este é um conhecimento meramente teórico, voltado apenas para discussões acadêmicas. Para Kant, as ciências que não têm nenhuma utilidade para o homem se chamam escolásticas: “a sua arte é ciência para a academia; porém, não se pode obter nenhum esclarecimento para a vida comum a partir disso” (V-Anth/Mensch, AA 25: 853). Na academia, aprende-se conhecimento escolástico para a formação profissional (V-Anth/Mron, AA 25: 1209) e tal conhecimento é obtido quando ele pode ser comunicado de acordo com certo sistema (V-Anth/Busolt, AA 25: 1435).

Trata-se, no entender de Kant, de conhecimentos menos concretos, no sentido de que não se relacionam diretamente com a vida cotidiana. É neste sentido que ele é caracterizado algumas vezes como especulativo (um conceito próximo de ‘teórico’), pois tem valor apenas pra questões específicas da academia. Segundo Kant, todas as ciências devem ser preparadas primeiramente pela academia; somente depois é que elas podem se tornar populares e ter utilidade para a vida. Este conhecimento é apresentado de forma meramente técnica e com uma linguagem especializada, que não é de conhecimento geral ou de senso comum. Ele pode servir para um uso, caso ele seja apresentado de forma popular, mas ele mesmo não é um conhecimento popular; ele é exclusivamente acadêmico e se encontra apenas nas universidades (V-Anth/Mensch, AA 25: 852). A antropologia escolástica lida com as regras mais gerais e as suas causas (V-Anth/Mensch, AA 25: 856), sem se preocupar com a sua aplicação à vida concreta.

Uma segunda característica importante do conhecimento escolástico do homem é sua capacidade de tornar as pessoas habilidosas (V-Anth/Mensch, AA 25: 855). Ele é, assim, um conhecimento que fornece habilidade (*Geschicklichkeit*). No entanto, a academia não ensina como fazer uso desta ou daquela habilidade no mundo (V-Anth/Mron, AA 25: 1209). Mas o que significa exatamente a aquisição de habilidade na concepção de Kant? De acordo com o filósofo, há três tipos de doutrina que contribuem para toda a perfeição do homem: doutrina da habilidade; doutrina da prudência; e doutrina da moralidade (V-Anth/Mensch, AA 25: 855; cf. V-Anth/Mron, AA 25: 1211; V-Anth/Busolt, AA 25: 1436; Anth, AA 07: 201). A primeira é escolástica; a segunda, pragmática; e a terceira, moral. Através da primeira, o ser humano é cultivado; através da segunda, civilizado; e através da terceira, moralizado. O primeiro tipo torna o ser humano habilidoso; o segundo, prudente; e o terceiro, sábio.

A habilidade é definida como “um talento no uso de meios na natureza” (V-Anth/Mron, AA 25: 1210). Todas as ciências teóricas da academia tornam o ser humano habilidoso. É

para isso que se estuda, por exemplo, física, história, geografia, biologia, etc. Neste sentido, um geógrafo seria habilidoso caso pudesse utilizar seu conhecimento técnico para atingir uma finalidade de acordo com a sua área de especialidade; o mesmo aconteceria com um advogado ou um físico. Da mesma forma, uma antropologia escolástica investigaria questões teóricas e técnicas específicas a respeito do objeto de estudo ‘homem’ e, nesse sentido, forneceria uma habilidade de refletir de forma criteriosa, rigorosa e sistemática a respeito deste objeto, assim como ocorre em outros estudos acadêmicos em relação aos seus respectivos objetos: a física em relação aos fenômenos físicos e a biologia em relação aos organismos. Logo, a antropologia escolástica está relacionada com o primeiro nível das doutrinas que contribuem para a perfeição do homem, ou seja, a doutrina da habilidade.

Um exemplo de antropologia escolástica, segundo Kant, é aquela feita pelo filósofo e médico alemão Ernst Platner (1744-1818), ligado à tradição da *fisiologia filosófica*, elaborada principalmente por fisiologistas e médicos do período (Louden 2007; Zammito 2002). Platner foi o maior e mais importante expoente, na Alemanha, deste movimento intelectual, obtendo grande popularidade através de duas obras: *Antropologia Para Médicos e Filósofos (Anthropologie für Ärzte und Weltweise)*, publicada em 1772, e *Aforismos Filosóficos (Philosophische Aphorismen)*, de 1776/1782 (Louden, 2007; Wunderlich, 2005; Zammito, 2002).<sup>6</sup> Em sua obra de 1772, ele reconhece explicitamente a falta de utilidade das hipóteses tradicionais para a explicação da relação corpo-alma, argumentando que uma nova ciência natural empírica deveria ser criada para este fim, a qual ele deu o nome de ‘antropologia’ (Platner 1772/2000). O livro de Platner ganhou grande notoriedade na Alemanha do período, obtendo resenhas em grandes periódicos. A partir do último quarto do século, na Alemanha, o livro se tornou o texto base para um número razoável de cursos e foi citado como um texto seminal para a área por um grande número de autores (Zammito, 2002).

Aparentemente em conformidade com as ideias de Platner, Kant diz, na *Preleção sobre Antropologia* de 1781/82, que o conhecimento escolástico do homem é tratado “na psicologia e na fisiologia” (V-Anth/Mensch, AA 25: 855). É a primeira vez, neste período, que Kant deixa explícito que o âmbito especulativo está ligado à psicologia. Contudo, pela primeira vez em sua obra, ele relaciona também a este âmbito o termo ‘fisiologia’. Isso poderia sugerir que Kant considerava a antropologia escolástica como um conhecimento constituído por duas ciências diferentes: a psicologia (empírica) e a fisiologia (propriamente dita), isto é, um estudo da anatomia humana, das partes componentes do corpo humano, incluindo o cérebro humano e o sistema nervoso. É possível que, já neste período, Kant pensasse que investigações a respeito do cérebro e do sistema nervoso fossem válidas para o conhecimento do homem e, por isso, elas mereceriam um lugar na antropologia escolástica.<sup>7</sup>

Contudo, essa suposição é problemática. Na última preleção sobre antropologia do período (1788/89), Kant afirma que a antropologia escolástica meramente levanta perguntas e contém em si “apenas investigações psicológicas” (V-Anth/Busolt, AA 25: 1436). Não é mencionado aqui absolutamente nada em relação a uma investigação fisiológica (propriamente dita) dentro da antropologia escolástica. Isso poderia significar pelo menos quatro coisas: 1) Kant rejeitou a ideia de que conhecimentos fisiológicos também fazem parte da antropologia

escolástica; 2) o uso do termo ‘fisiologia’, na preleção de antropologia do início da década, tem outro significado; 3) conhecimentos fisiológicos e psicológicos, em alguns pontos, são muito próximos e não é preciso diferenciá-los com tanta clareza, já que ambos de certa forma tratam do que a natureza faz do homem; ou 4) os conhecimentos psicológicos abrangem os fisiológicos que são relevantes para um conhecimento do homem.

Ao que tudo indica, as três últimas alternativas são compatíveis entre si e fornecem uma boa aproximação à posição de Kant. De fato, ele utilizou o termo ‘fisiologia’ também como um termo amplo que significa “conhecimento relacionado com a natureza” (KrV, A 846/B 876; cf. V-Met-L1/Pölitz, AA 28: 221) e, neste sentido, conhecimentos de uma fisiologia propriamente dita e da psicologia empírica poderiam ser inseridos neste âmbito. Além disso, como a alma está relacionada com o corpo, o campo de conhecimento que tradicionalmente investiga essa relação (a psicologia) deve levar em conta também aspectos fisiológicos para melhor entender tal relação. Isso não quer dizer, porém, que toda a fisiologia seja relevante, mas somente a parte que se relaciona com um conhecimento do corpo do homem na medida em que ele está em comunidade com a alma, afetando-a ou influenciando-a de algum modo. Nesse sentido, essa parte específica da fisiologia – que é a única que interessa para o propósito do conhecimento do homem (algo próximo de uma neurofisiologia humana) – poderia fazer parte de “investigações psicológicas”, como se fosse uma interseção entre dois campos, em que um deles tem o predomínio. Neste caso, a psicologia teria o predomínio, devido às características próprias do objeto de estudo.

Deve-se ressaltar, contudo que uma antropologia escolástica não era o tipo de conhecimento que Kant estava mais interessado em desenvolver (V-Anth/Mron, AA 25: 1210-11; cf. V-Anth/Fried, AA 25: 472). O seu interesse estava voltado para o desenvolvimento de uma antropologia feita de acordo com o ponto de vista pragmático, como veremos a seguir.

## 2.2. ANTROPOLOGIA PRAGMÁTICA

A antropologia pragmática se contrapõe à antropologia escolástica em muitos aspectos. Em primeiro lugar, ela não se fundamenta no conhecimento da academia, mas sim no conhecimento do mundo. Este tipo de estudo estende o seu saber sobre a academia e busca expandir o seu conhecimento até um uso geral (V-Anth/Mensch, AA 25: 853). Ele é um conhecimento que normalmente é aprendido através do convívio e da experiência (V-Anth/Mron, AA 25: 1209-1210), sendo utilizável na sociedade (V-Anth/Mron, AA 25: 1210).

Antes da década de 1780, os campos de estudo que constituíam este conhecimento do mundo eram a geografia física e a antropologia pragmática (V-Anth/Fried, AA 25: 470; cf. V-Anth/Pillau AA 25: 733).<sup>8</sup> Na década de 1780, porém, Kant começa a associá-lo apenas com o conhecimento do homem, deixando de lado a geografia física. Segundo ele, conhecimento do mundo é justamente o mesmo que conhecimento do homem (V-Anth/Busolt, AA 25: 1435). Isso parece indicar que a geografia física como um todo se afasta cada vez mais da antropologia pragmática ao longo do desenvolvimento do pensamento kantiano.

Kant também caracteriza o conhecimento do mundo como sendo popular (V-Anth/Mron, AA 25: 1209). Portanto, a antropologia pragmática, baseada no conhecimento do mundo, também possui caráter popular. O termo ‘popular’ tem neste contexto uma relação com tudo o que é prático. Isto é, não se trata de um conhecimento teórico ou especulativo (V-Anth/Mensch, AA 25: 854), não se trata do conhecimento de centros de ensino e universidades, mas sim do conhecimento relacionado às experiências humanas do cotidiano e ao convívio entre os homens. Este conhecimento pode trazer esclarecimento sobre as situações da vida concreta tanto para acadêmicos quanto para o senso comum (Hinske 1966; Louden 2000; Wilson 2006). Nesse sentido, pode ser tomado como um conceito que contém a essência da ideia do conhecimento do mundo.

O conhecimento pragmático, portanto, está baseado no conhecimento do mundo, e uma de suas características essenciais é que ele está no segundo nível das doutrinas que contribuem para toda a perfeição do homem, isto é, no nível posterior ao nível da habilidade técnica, que é o primeiro nível. Isso significa que este conhecimento utiliza o primeiro nível para fazer uma aplicação de segundo nível: ele se utiliza de habilidades técnicas e conhecimentos teóricos para fazer uma aplicação no nível do convívio e da experiência (V-Anth/Mron, AA 25: 1209-1210). Os conhecimentos populares são uma aplicação do conhecimento escolástico no mundo (V-Anth/Mron, AA 25: 1210). O conhecimento do mundo, portanto, por ser pragmático, exige uma aplicação prática do conhecimento teórico na vida.

A antropologia feita de forma pragmática precisa realizar tal aplicação, como observa Sturm (2008). Isso quer dizer que a antropologia pragmática necessita de conhecimentos teóricos da antropologia escolástica para que uma aplicação possa ser feita às questões concretas. Nesse sentido, é correto dizer que seria impossível a existência da antropologia pragmática, caso a escolástica não existisse. Porém, nem todos os conhecimentos teóricos são necessários para a aplicação prática. É por isso que muitas questões meramente escolásticas não estão presentes na antropologia pragmática.

Em relação ao conceito de ‘pragmático’ propriamente dito, ele é central na antropologia desenvolvida por Kant. Na década de 1780, este conceito possui uma forte ligação com o conceito de ‘prudência’ (*Klugheit*) (V-Anth/Mensch, AA 25: 855). De acordo com o filósofo, toda doutrina da prudência é pragmática, ou, de outra forma, uma doutrina é pragmática na medida em que ela nos faz prudentes e utilizáveis em coisas públicas, onde temos necessariamente não meramente a teoria, mas também a prática (V-Anth/Mensch, AA 25: 855-856). Prudência significa a capacidade de se servir do juízo em todas as habilidades (V-Anth/Fried, AA 25: 469), mas também pode ser entendida como a arte de um homem ter influência sobre outros e poder conduzi-los segundo suas intenções (V-Anth/Mensch, AA 25: 855-856).<sup>9</sup> Neste sentido, o conceito de prudência significa certa habilidade para lidar com outras pessoas, para se conduzir na sociedade e saber tratar as pessoas bem, de forma a alcançar certos objetivos. Esta é a ‘prudência do mundo’ (*Weltklugheit*).

Na *CRP*, porém, uma segunda forma de compreender a prudência é apresentada. Kant denomina como lei pragmática (regra de prudência) a lei prática que tem por motivo a felicidade, diferenciando-a da lei moral (ou lei da moralidade), a lei que não tem outro móbil

que não seja indicar como se pode tornar a si mesmo digno da felicidade (KrV, A 806/ B 834). Além disso, ele esclarece alguns pontos a respeito da prudência neste sentido:

Prático é tudo aquilo que é possível pela liberdade. Mas, se as condições de exercício do nosso livre arbítrio são empíricas, a razão só pode ter, nesse caso, um uso regulador e apenas pode servir para efetuar a unidade de leis empíricas; assim, na doutrina da prudência, a unificação de todos os fins, dados pelas nossas inclinações num fim único, a felicidade, e a concordância dos meios para alcançá-la constituem toda a obra da razão que, para esse efeito, não pode fornecer outra coisa senão leis pragmáticas da nossa livre conduta, próprias para nos alcançarem os fins recomendados pelos sentidos, mas de modo nenhum leis puras completamente determinadas a priori. Em contrapartida, as leis práticas puras, cujo fim é dado completamente a priori pela razão e que comandam, não de modo empiricamente condicionado, mas absoluto, seriam produtos da razão pura. Ora, tais são as leis morais; por conseguinte, pertencem somente ao uso prático da razão pura (KrV, A 800/ B 828).

Nesta passagem, observamos um uso mais geral da prudência, que se refere a uma capacidade de adquirir felicidade como um fim, através da unificação e concordância de todos os meios para alcançá-la. Esta é a ‘prudência privada’ (*Privatklugheit*). Portanto, Kant está buscando em sua antropologia pragmática o ensino popular da prudência através da aplicação de certos conhecimentos teóricos e certas habilidades específicas que podem auxiliar o homem na relação com o mundo, especialmente com outros seres humanos.

O último ponto importante em nossa análise da antropologia kantiana diz respeito à sua estrutura e ao seu conteúdo, apresentados nas preleções sobre antropologia de 1781/82, 1784/85 e 1788/89. Se compararmos os três textos, observamos grande semelhança de estrutura geral e conteúdo, com divergências apenas em detalhes. Os textos iniciam com uma discussão sobre a distinção entre conhecimento escolástico e conhecimento de mundo, sobre a distinção entre a antropologia escolástica e antropologia pragmática, e sobre o objeto de estudo da antropologia pragmática, suas fontes, etc. (V-Anth/Mensch, AA 25: 853ff; V-Anth/Mron, AA 25: 1209ff; V-Anth/Busolt, AA 25: 1435ff). Após essa introdução, a primeira discussão geral é sobre o Eu e as representações (V-Anth/Mensch, AA 25: 859ff; V-Anth/Mron, AA 25: 1215ff, V-Anth/Busolt, AA 25:1438ff); a segunda, sobre a faculdade de conhecimento inferior (V-Anth/Mensch, AA 25: 886ff; V-Anth/Mron, AA 25: 1228ff, V-Anth/Busolt, AA 25: 1451ff); a terceira, sobre a faculdade de conhecimento superior (V-Anth/Mensch, AA 25: 1032ff; V-Anth/Mron, AA 25: 1296ff, V-Anth/Busolt, AA 25:1476ff). Depois, há uma discussão sobre a faculdade de prazer e desprazer (V-Anth/Mensch, AA 25: 1068ff; V-Anth/Mron, AA 25: 1315ff, V-Anth/Busolt, AA 25: 1499ff) e, em seguida, sobre a faculdade de desejar (V-Anth/Mensch, AA 25: 1109ff; V-Anth/Mron, AA 25: 1334ff, V-Anth/Busolt, AA 25: 1513ff). Na segunda parte, há a discussão sobre os temperamentos, o caráter do homem, a fisionomia, a característica dos gêneros, das raças, das nações e da espécie humana (V-Anth/Mensch, AA 25: 1156ff V-Anth/Mron, AA 25: 1367ff, V-Anth/Busolt, AA 25: 1530ff). Isso significa que praticamente não há alterações substanciais de uma década para outra. Embora haja alguma divergência nos detalhes, a estrutura geral e o conteúdo geral permanecem ao longo dos anos sem grandes alterações.

É seguro concluir, pois, que o interesse de Kant em desenvolver exclusivamente a antropologia pragmática em seus cursos consolida-se na década de 1780. Assim, não causa

surpresa o fato de a antropologia escolástica permanecer muito pouco desenvolvida, apesar de ter sua importância reconhecida. No entanto, como a antropologia pragmática necessita de conhecimentos teóricos, podemos dizer que, ao menos em um sentido menos sistemático, eles estão presentes.

### 3. A PSICOLOGIA EMPÍRICA NA DÉCADA DE 1780

Kant considerava a psicologia um conhecimento do sentido interno (V-Met-L1/Pölitz, AA 28: 222). Caso os princípios deste conhecimento fossem derivados de forma racional, eles constituiriam a psicologia racional; se fossem retirados da experiência, constituiriam a psicologia empírica. Consequentemente, a psicologia empírica, no período anterior ao tratado neste trabalho, era definida como conhecimento dos aparecimentos do sentido interno, sendo que o objeto deste sentido interno é a alma (V-Met-L1/Pölitz, AA 28: 222, 224). O conceito de ‘alma’, no período anterior, podia ser tomado de duas formas: como ‘alma em sentido estrito’; ou como ‘alma em sentido lato’ (V-Met-L1/Pölitz, AA 28: 265). Nesta segunda acepção, Kant muitas vezes afirmou a sua equivalência com o termo ‘homem’ (AA 25: 245-246).

Contudo, na *CRP*, Kant apresenta uma distinção muito clara no âmbito do sentido interno, que provocará também alterações na forma como ele considera o objeto de estudo da psicologia. Para Kant, o sentido interno é uma propriedade do ânimo (*Gemüt*) ligada à sensibilidade, mediante a qual o ânimo intui a si mesmo, ou intui o seu estado interno; porém, não há qualquer intuição da alma mesma como objeto (KrV, A 22/ B 37). Essa consciência de si mesmo, “chamada habitualmente sentido interno ou apercepção empírica”, consiste em determinações do próprio estado de percepção interna e é “meramente empírica, sempre mutável”; portanto, “não pode dar-se nenhum Eu fixo ou permanente neste rio de aparecimentos internos” (KrV, A 107). A apercepção empírica se diferencia da ‘apercepção transcendental’, que é condição originária e transcendental (KrV, A 106; cf. B 152, 153, 154, 156), consciência pura, originária e imutável (KrV, A 107). Essa consciência pura permite alcançar o conceito de Eu em sentido simplesmente lógico, formal.

Com a distinção no âmbito do sentido interno, torna-se possível agora para Kant diferenciar três formas claras de se conceber o Eu: 1) enquanto inteligência, isto é, o sujeito do pensamento; 2) enquanto sujeito que possui sensibilidade; nesse sentido, se é uma alma; e 3) enquanto inteligência e alma; nesse sentido, se é um homem (V-Met/Mron, AA 29: 878). De outra forma: 1) há um Eu racional, lógico (alma em *sensu stricto*); 2) há um Eu empírico, psicológico (alma em *sensu lato*); 3) há o conceito de homem que diz respeito à ligação da alma com o corpo. O primeiro se relaciona com a inteligência (entendimento puro ou razão pura); o segundo, com o sentido interno (sensibilidade); o terceiro, com: a) o sentido interno e externo, quando o homem é considerado como animal; e b) com a inteligência, sentido interno e externo (corpo), quando o homem é considerado como ente inteligente ou um animal racional.

O Eu racional deveria ser o objeto de investigação da psicologia racional. No entanto, nos *Paralogismos da Razão Pura*, presentes na *CRP*, Kant apresenta duras críticas à tentativa de investigação deste Eu (KrV, A 342/B 400). Segundo ele, a psicologia racional comete erros ao

tentar derivar do conceito ‘Eu penso’ (Eu racional ou alma em sentido estrito) noções que não podem ser derivadas deste conceito (KrV, A 347/B 406). De fato, o Eu penso é um conceito apenas lógico, a partir do qual nenhum outro conhecimento pode ser obtido, com exceção da afirmação de que ele é o fundamento e condição de possibilidade de toda representação e todo pensamento humano. Este Eu que aparentemente é fixo, essa representação sem conteúdo, não possui uma intuição *a priori* que lhe corresponda e, por isso, não pode estabelecer proposições sintéticas necessárias para a possibilidade de um conhecimento racional puro de um ser pensante. O Eu não é nem intuição nem conceito de qualquer objeto, mas apenas simples forma da consciência, que acompanha as duas espécies de representações (intuições e conceitos) e eleva-as ao nível de conhecimentos com a condição de ainda ser dada na intuição qualquer outra coisa que forneça matéria para a representação de um objeto (KrV, A 382; cf. V-Met/Mron, AA 29: 878).

Sendo assim, fica claro que o objeto da psicologia racional, o Eu racional, na verdade, não pode ser um objeto de investigação científica, porque pertence à filosofia transcendental e não à fisiologia racional (nenhuma metafísica da natureza deste objeto particular pode ser feita), ou seja, é um conceito meramente lógico que deve ser pressuposto como o mais fundamental, para que todo e qualquer conhecimento seja possível.

Por outro lado, os fenômenos percebidos por meio do sentido interno – os acidentes que ocorrem na alma (em sentido lato) do homem – podem ser investigados cientificamente e esta tarefa cabe à psicologia empírica (V-Met/Mron, AA 29: 876). Ela trata, portanto, do Eu empírico. Em conformidade com isso, a psicologia empírica é definida, na *CRP*, como “um tipo de *fisiologia* do sentido interno” (KrV, A 347/ B 405 – itálico no original). Existem, na verdade, dois tipos de fisiologia dos sentidos. A do sentido interno e a do sentido externo. A psicologia empírica corresponde ao primeiro tipo, enquanto a física empírica, ao segundo. Juntos, os seus objetos constituem a totalidade dos objetos da natureza.

O paralelo entre a psicologia empírica e a física empírica se apresentou durante todo o período de 1760-70 no pensamento de Kant (Leite & Araujo 2014). Ambos os conhecimentos constituem a doutrina da natureza em geral, que se refere à soma dos objetos dos sentidos. No período tratado neste trabalho, este mesmo paralelo se apresenta não apenas na *CRP* e nas preleções sobre metafísica, mas também nas obras *Prolegômenos a Toda Metafísica Futura* (1783) e *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (1786). Em *Prolegômenos*, Kant deixa claro mais uma vez que a natureza em geral, considerada materialmente, é a totalidade de todos os objetos da experiência, que é dividida em objetos do sentido interno e objetos do sentido externo, sendo o segundo tratado pela física empírica e o primeiro pela psicologia empírica (Prol, AA 04: 295, 337). Da mesma forma, nos *Primeiros Princípios*, é dito que a natureza – em sentido material, como um complexo de todas as coisas enquanto podem ser objetos dos sentidos e, por conseguinte, objetos da experiência – se refere à totalidade dos fenômenos (o mundo dos sentidos). Consequentemente, a natureza tem duas partes principais: uma contém os objetos dos sentidos externos, e a outra, o objeto do sentido interno. Portanto, é possível uma dupla teoria da natureza: a doutrina dos corpos e a doutrina da alma – a primeira considera a natureza extensa, e a segunda a natureza pensante (MAN, AA 04: 467).

Uma doutrina, quando forma um sistema, isto é, um todo do conhecimento ordenado segundo princípios, chama-se ciência. Estes princípios podem ter fundamentos empíricos ou racionais. Assim, a ciência da natureza, quer como doutrina dos corpos, quer como doutrina da alma, teria que se dividir em empírica (histórica) e racional (MAN, AA 04:468).<sup>10</sup> Isso significa que a psicologia empírica é um conhecimento da natureza fundamentado em princípios empíricos e enquanto tal se ocupa com o sentido interno e o seu respectivo objeto, a alma (em sentido lato, a alma passiva, receptiva).

Contudo, na verdade, não é apenas a alma em sentido lato que constitui um objeto da psicologia empírica, pois: “[nela] nós consideramos nosso Eu como *alma* e como *homem*” (V-Met/Mron, AA 29: 877 – itálicos nossos; cf. PG, AA 09: 156). O fato de Kant afirmar que a psicologia empírica considera o objeto ‘homem’ não é nenhuma novidade. Ele vem relacionando a psicologia empírica com este objeto pelo menos desde 1765 (Leite & Araujo 2014). Aparentemente, portanto, na psicologia empírica, o Eu pode ser investigado sob dois pontos de vista: como alma (sentido lato) e também como homem (alma e corpo, formando uma unidade). Neste sentido, Kant parece estar indicando aqui a possibilidade de se considerar a psicologia empírica de duas formas: enquanto um conhecimento da alma, unicamente como objeto do sentido interno, e enquanto um conhecimento do homem como objeto do sentido interno e externo, ou seja, na medida em que possui um corpo e este se liga à alma.

Na verdade, estes dois conceitos são extremamente próximos, porque a própria ideia de alma já pressupõe uma relação com o corpo; do contrário, o termo ‘alma’ já não poderia ser aplicado. Se a alma humana não está em comunidade com o corpo humano, então, o termo adequado é ‘espírito’, que significa um ser imaterial, que possui racionalidade (DfS, AA 02: 51, 52; cf. UD, AA 02: 277). Quando se usa o termo ‘alma’, portanto, é preciso que haja uma ligação com o corpo. Acontece que a ligação da alma humana com o corpo humano é precisamente o que constitui o conceito de homem. Consequentemente, essa diferença no modo de se considerar a psicologia empírica seria apenas na forma de se conceber o mesmo corpo de conhecimento, em que se poderia separar para fins de análise a alma enquanto objeto do sentido interno e o corpo enquanto objeto do sentido externo. Mas no tratamento do homem ambos devem ser levados em consideração em alguma medida. Assim, não se trata de dois tipos de conhecimentos distintos; são apenas dois modos de se conceber o mesmo conhecimento, de acordo com a análise feita do termo ‘alma’.

Dessa forma, a psicologia empírica poderia ser então considerada sob dois pontos de vista: 1) como *conhecimento da natureza*, quando se ocupa exclusivamente da alma passiva e de seus fenômenos internos (sentido interno); e 2) como *conhecimento do homem*, quando se ocupada da alma (sentido interno) e da sua relação com o corpo (sentido externo). A partir desta divisão e do que foi apresentado na seção anterior, fica claro que há uma interseção entre psicologia empírica e antropologia. Trata-se, pois, de investigar o sentido desta interseção.

### 3.1. PSICOLOGIA EMPÍRICA E ANTROPOLOGIA ESCOLÁSTICA

A psicologia empírica, enquanto conhecimento do homem, está muito próxima do que Kant chamou de antropologia escolástica. Isso pode ser observado de forma clara através da comparação da estrutura e do conteúdo dos cursos. Se analisarmos a estrutura e o conteúdo da psicologia empírica deste período, observamos que não há modificações substanciais em relação ao período anterior. Além disso, esta estrutura e este conteúdo continuam muito próximos da primeira parte do curso de antropologia pragmática, que deveria conter uma parte teórica que pudesse ser aplicada a questões pragmáticas, ou seja, uma antropologia escolástica.

A psicologia empírica, na *Preleção sobre Metafísica* de 1782/83, é dividida em duas partes principais: 1) a consideração da alma em si; 2) a consideração da alma em sua comunidade com o corpo. Na primeira parte, assim como antes, existe uma divisão das faculdades da alma humana em três classes maiores: 1) faculdade de conhecimento; 2) sentimento de prazer e desprazer; 3) faculdade de desejo (V-Met/Mron, AA 29: 877). A faculdade de conhecimento pode ser superior ou inferior: a primeira é o entendimento; a segunda, sensibilidade. Também o sentimento de prazer e desprazer e a faculdade de desejo possuem uma parte superior (racional) e outra inferior (sensível).

Kant começa suas considerações a partir da discussão da ideia de Eu (V-Met/Mron, AA 29: 877). O restante do texto é estruturado da seguinte forma: consideração da faculdade de conhecimento inferior; dos sentidos; da faculdade de ficção; da faculdade de designação; do entendimento, poder de julgamento e razão; do prazer e desprazer; da faculdade de desejo; do poder de escolha; da liberdade. Não há, portanto, nenhuma modificação na estrutura geral do curso e de seus conteúdos básicos neste período. A semelhança com a primeira parte da antropologia presente nos cursos de Kant é bastante grande.

Também na obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785), fica claro que pertence ao âmbito da psicologia empírica investigar empiricamente o sentimento de prazer e desprazer e a faculdade de desejar. Kant diz que as ações e condições do querer humano em geral são tiradas, na maior parte, da psicologia (GMS, AA 04: 390). Além disso, ele faz uma distinção entre dois tipos de conhecimento: 1) aquele em que se determinam os princípios do que deve acontecer e se encontram leis objetivo-práticas, isto é, a filosofia prática; e 2) aquele em que se investigam “por que qualquer coisa agrada ou desagradá” ou “por que o prazer da simples sensação se distingue do gosto, e se este se distingue de um prazer universal da razão”. A investigação do sentimento do prazer e desprazer, de como surgem os desejos e inclinações, e como estas, por sua vez, com o concurso da razão, resultam máximas; tudo isso “pertence a uma psicologia empírica”, a qual constituiria a segunda parte da ciência da natureza, “se a considerássemos como *filosofia da natureza*, enquanto ela se funda em *leis empíricas*” (GMS, AA 04: 427 – itálicos no original). Da mesma forma, na *Crítica da Razão Prática* (1788), Kant parece sugerir que a elucidação do sentimento de prazer e desprazer e da faculdade de desejar é fornecida pela psicologia empírica (KpV, AA 05: 15-16).

Estas passagens sugerem, portanto, que pertence à psicologia empírica a investigação da faculdade de desejo e da faculdade de prazer e desprazer. Isso está novamente em conformidade

geral com a psicologia empírica de Baumgarten (Leite & Araujo 2015), com a estrutura da psicologia empírica presente nos cursos de metafísica de Kant do período anterior e com a primeira parte da antropologia pragmática desenvolvida nos cursos de Kant sobre este assunto neste período (Leite & Araujo 2014).

Ao que tudo indica, então, não há uma diferença substancial entre psicologia empírica e antropologia escolástica, uma vez que ambas possuem basicamente o mesmo conteúdo a ser investigado. Na alma do homem ocorrem essencialmente três coisas que são da competência da psicologia empírica investigar: representações, desejos e sentimentos de prazer e desprazer. Assim, ela investiga as três faculdades fundamentais do ser humano: 1) faculdade de conhecimento; 2) faculdade de desejo; 3) faculdade de prazer e desprazer. Além disso, ela investiga as faculdades particulares inseridas nestas faculdades fundamentais, na medida em que se relacionam com a experiência ou também, em alguma medida, com o corpo.

Outras razões apontam igualmente para a mesma direção. Como vimos, Kant diz que a psicologia empírica também tem por objeto o homem, na medida em que investiga questões da relação recíproca entre corpo e alma. No entanto, uma investigação sobre o homem é precisamente o que constitui a antropologia, segundo os cursos do período sobre o tema. Kant também relaciona por duas vezes explicitamente conteúdos de psicologia ao conhecimento especulativo do homem e sugere que a antropologia teórica meramente levanta perguntas e contém em si apenas investigações psicológicas. Logo, uma vez mais, o exame dos conteúdos e da estrutura de ambos os cursos sugere que a psicologia empírica pode ser considerada uma antropologia escolástica.

Deve-se ressaltar, no entanto, que dependendo do sentido em que se tome o termo 'alma', a psicologia empírica pode ser concebida de formas diferentes. De um lado, se por 'alma' se entendem os objetos particulares da natureza, então há um paralelo entre a física empírica e a psicologia empírica. Portanto, em primeiro lugar, temos o conhecimento dos objetos particulares da natureza, a partir dos quais se pode ter um conhecimento teórico, uma fisiologia da natureza. Nesse caso, a psicologia empírica aqui é fisiologia da natureza empírica do sentido interno. De outro lado, se se entende por 'alma' a ideia de 'homem', isto é, alma em comunidade com o corpo (sentido interno e externo), tem-se então um conhecimento do homem. Este conhecimento também pode ser duplo. No primeiro caso, o homem é entendido como mero animal, que pertence à natureza, é afetado por ela e é passivo em relação a ela. Este conhecimento diz respeito à psicologia empírica, enquanto antropologia escolástica, na medida em que ela é um conhecimento teórico e empírico do homem. Neste caso, há também uma analogia entre o conhecimento do homem teórico (psicologia empírica) e o conhecimento da natureza (física), na medida em que na natureza se encontram os objetos naturais e o homem. Além disso, ambos os conhecimentos são escolásticos. No segundo caso, o conhecimento do homem está relacionado ao que este, mediante sua liberdade, faz de si mesmo. É o conhecimento pragmático, tratado na antropologia pragmática, que se distancia assim da psicologia empírica. Neste caso, o que existe é uma contraposição entre natureza e liberdade. A antropologia pragmática trata do homem na medida em que ele é capaz de ações práticas no mundo. Aqui, tem-se o conhecimento do mundo que fundamenta o conhecimento

pragmático do homem, no qual se leva em conta o comportamento humano inteligente. Deste ponto de vista, o homem pode ser considerado como um ser racional.

### 3.2. ESCLARECENDO A AFIRMAÇÃO SOBRE A PSICOLOGIA EMPÍRICA NA CRP

Com base nas considerações anteriores, podemos afirmar que existe uma proximidade muito grande entre os termos ‘antropologia’ e ‘psicologia empírica’ na obra de Kant. Suas concepções na década de 1780 são apenas uma consequência do desenvolvimento das ideias do período anterior. O campo do homem (antropologia) é duplo, teórico e pragmático, e a psicologia empírica é associada novamente de forma direta ao conhecimento do primeiro tipo, que é a base para o segundo. Os mesmos resultados do final do período anterior para a psicologia empírica – a perda de conteúdos e o fato de ela ter se tornado um campo pequeno, que precisa ser mais bem desenvolvido – são mantidos (Leite & Araujo 2014).

Desta forma, é possível agora esclarecer o sentido da expressão ‘antropologia pormenorizada’ na *CRP*. Em princípio, ela pode significar três coisas distintas: 1) antropologia geral (escolástica e pragmática); 2) antropologia pragmática; 3) antropologia escolástica. Somos obrigados, porém, a excluir 1) e 2), pelo simples fato de que a antropologia pragmática não pode ser de nenhuma forma considerada um análogo da física empírica. Estes conhecimentos têm naturezas completamente distintas. A física empírica é um conhecimento da academia e a antropologia pragmática é um conhecimento do mundo, um conhecimento popular, embora sistemático. Assim, o termo utilizado por Kant, neste contexto, só pode se referir de forma coerente à antropologia escolástica.

Kant está dizendo, em total concordância com o desenvolvimento prévio de seu pensamento, que a psicologia empírica, depois da cisão introduzida no conhecimento do homem (parte teórica e parte pragmática) e da sua perda de conteúdos, está ainda muito pouco desenvolvida. Ela deve ser mais bem elaborada enquanto um conhecimento teórico da natureza humana a partir da experiência, ou seja, uma antropologia escolástica. Ela deve ser pormenorizada, pois é ainda um conhecimento incompleto, que precisa de maior elaboração. Somente assim ela poderá alcançar talvez a mesma magnitude de outras ciências. Dessa forma, o conceito de antropologia continua muito próximo do de psicologia empírica, mas esta é uma antropologia escolástica, diferente da antropologia de caráter pragmático.

### 3.3. PSICOLOGIA EMPÍRICA E ANTROPOLOGIA PRAGMÁTICA

Apesar de sua identificação com a antropologia escolástica, a psicologia empírica mantém uma relação extremamente forte com a antropologia pragmática no pensamento de Kant. Se 1) o conhecimento do mundo é uma aplicação do conhecimento escolástico, se 2) a antropologia pragmática é baseada no conhecimento do mundo e também é uma aplicação do conhecimento escolástico do homem, e se 3) a psicologia empírica se relaciona com o conhecimento escolástico do homem, então é necessário que a antropologia pragmática seja uma aplicação, em alguma medida, da psicologia empírica no mundo.

Através das análises feitas até aqui, observamos que as diferenças reais entre a psicologia empírica e a antropologia pragmática, neste período, estão exclusivamente no caráter pragmático desta última. Mas este potencial pragmático havia sido também reconhecido na psicologia na obra de 1765 e parece ser exatamente a partir dele que grande parte das ideias de um conhecimento do mundo e um conhecimento pragmático se desenvolveu. Assim, parece justo dizer que este projeto de uma antropologia pragmática também pode ser considerado, em alguma medida, como um novo projeto de investigação psicológica. Neste sentido, podemos afirmar que a antropologia pragmática contém noções e características de uma psicologia empírica reelaborada.

Wilson (2006) parece estar correto em afirmar que Kant não desejava nem pressupor um dualismo de corpo e alma nem tentar encontrar uma forma de mostrar sua interação – questões tratadas por Platner em sua antropologia e também por Baumgarten em sua psicologia empírica. Kant reconheceu que discussões teóricas e especulativas sobre a alma e o problema corpo-alma (embora ele nunca tenha deixado de refletir sobre o problema tanto em termos metafísicos quanto psicológicos) não precisavam ter lugar em uma antropologia pragmática.

No âmbito da antropologia pragmática, é como se Kant estivesse abrindo mão da investigação e explicação mais precisa acerca da natureza daquela interação para tratar o ser humano como um agente livre, que pode, a partir de sua capacidade de atuar com liberdade, fazer algo de si mesmo, tendo em vista aquilo que lhe foi dado pela natureza. Deste ponto de vista, seria possível a investigação do homem como um todo, reunindo os conceitos de corpo, alma e espírito (inteligência espontânea que pensa, conhece a si mesma, conhece os fenômenos da natureza e age moralmente através da liberdade). Assim, são as ações dos seres humanos o objeto de maior importância nesse tipo de conhecimento, pois é através delas que se pode compreender com maior clareza o que é verdadeiramente característico dos seres humanos. Contudo, para que as ações sejam compreendidas, é necessário primeiro compreender as suas fontes mais básicas, uma tarefa que cabe primeiramente à psicologia empírica.

Kant reservou a parte passiva do espírito humano para a psicologia empírica investigar. Por conta das dificuldades da filosofia teórica em investigar a sua parte ativa, ele buscou investigá-la em sua antropologia pragmática através do estudo das ações práticas humanas e seu comportamento no cotidiano. Dessa forma, a alma passiva, ligada a um corpo humano, e a parte ativa da alma poderiam ser objeto de algum tipo de investigação que fosse inclusive muito útil para a sociedade, levando-se em conta a totalidade do homem. A investigação, portanto, é sobre a natureza essencial do homem, sobre comportamentos humanos, sobre as práticas e costumes humanos, sobre a capacidade humana de agir com inteligência, de fazer escolhas e decidir por cursos de ação para realizar seus desejos e sua felicidade. Nesse sentido, é impossível afirmar que tais questões não fazem parte, em algum grau, das reflexões necessárias em qualquer projeto coerente de uma psicologia científica.

Outro ponto importante é que o conteúdo da segunda parte da antropologia pragmática é quase todo baseado em um vocabulário apresentado na primeira parte, ou seja, em conteúdos de psicologia empírica, sem os quais a existência da segunda parte seria praticamente impossível.

Além disso, todas estas capacidades, e as ações humanas geradas a partir delas, se relacionam em última análise com o que se denomina alma do homem, em sentido geral.

Em suma, o projeto de antropologia pragmática poder ser considerado, ao menos em grande parte, como um novo projeto de investigação da natureza intrínseca e essencial do homem em concreto e, nesse sentido, ele é necessariamente psicológico. Entretanto, em comparação com o que era feito na tradição sob o nome de psicologia, o projeto é agora muito mais empírico e concreto (não especulativo), muito mais baseado em observações e na experiência da vida cotidiana, sendo apresentado de forma sistemática, com uma parte teórica a respeito das capacidades da alma e uma parte voltada para a análise do comportamento do homem no mundo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia kantiana de que a psicologia empírica constitui um conhecimento pouco desenvolvido começou a se estabelecer no final da década de 1770, depois da distinção mais clara entre conhecimento teórico e pragmático do homem. Kant manteve o discurso na *CRP*, mas dessa vez deslocou a psicologia empírica para o âmbito de uma ‘antropologia pormenorizada’. O conceito de antropologia, neste período, passa a significar a totalidade do conhecimento do homem e a divisão do campo em uma parte teórica e outra pragmática é mantida. Além disso, Kant manteve a ligação entre a psicologia empírica e a antropologia teórica ou escolástica. Podemos concluir, portanto, que a afirmação de Kant, na *CRP*, sobre o lugar da psicologia empírica significa que ele estava considerando a psicologia empírica como antropologia teórica, a qual precisava ser mais bem desenvolvida.

No entanto, a psicologia empírica deste período possui uma relação igualmente forte com o ponto de vista pragmático. A diferença entre ‘antropologia’ e ‘psicologia empírica’ é aparentemente muito mais terminológica do que conceitual. O que diferencia os campos neste período de forma mais clara é o caráter pragmático da antropologia pragmática. Portanto, podemos entender a antropologia pragmática, em grande parte, como uma psicologia empírica pragmática. Contudo, é importante deixar claro que não se trata da psicologia empírica da tradição alemã anterior a Kant (p. ex. Wolff e Baumgarten), pois, ainda que esta tenha servido de base para o seu vocabulário e as suas concepções psicológicas, ele fez grandes modificações e acréscimos no material recebido daquela tradição.

De fato, sem a existência da psicologia empírica teórica, uma antropologia pragmática não seria sequer possível, pois a primeira é a base para a segunda. Além disso, os conhecimentos presentes na antropologia dizem respeito à natureza essencial do homem: suas faculdades cognitivas, sensitivas e volitivas, assim como sua capacidade de agir no mundo. No nível individual, se considera o temperamento e o caráter do homem. No nível da espécie, os conhecimentos dizem respeito à fisionomia humana, características essenciais dos gêneros e nações humanas, da própria espécie humana como um todo e seu desenvolvimento. Portanto, o ponto de vista pragmático é completamente permeado por considerações a respeito do homem que envolvem diretamente temas e questões de psicologia.

Podemos concluir, finalmente, que a investigação da relação entre a antropologia pragmática de Kant e a psicologia empírica é imprescindível para a clara compreensão de muitos aspectos do seu pensamento referentes à psicologia. Consequentemente, esta investigação é também útil para a correção de interpretações equivocadas e apressadas a respeito das contribuições de Kant para a psicologia. Em muitos manuais de história da psicologia, por exemplo, Kant é frequentemente reconhecido apenas por suas críticas à cientificidade da disciplina. Nossa análise mostra, porém, que essa é uma apreciação bastante parcial e superficial de suas ideias. Na verdade, Kant considerava este campo de conhecimento como um dos mais essenciais dentre os conhecimentos humanos.

As limitações intrínsecas do presente trabalho, decorrentes da restrição da investigação à década de 1780, não nos permitem afirmar nada sobre a continuidade da posição de Kant nos últimos anos de vida. Para tanto, faz-se necessária uma investigação sistemática sobre o tópico em questão na década de 1790, que será realizada em trabalho futuro. De todo modo, esperamos que o presente estudo possa contribuir para um maior esclarecimento da relação entre psicologia e antropologia no pensamento de Kant, especialmente no que diz respeito à antropologia pragmática.

**RESUMO:** Apesar de a relação entre a psicologia empírica e a antropologia pragmática ser amplamente reconhecida na literatura especializada, não há consenso entre os pesquisadores a respeito da natureza exata dessa relação. O presente trabalho tem o objetivo de investigar este tema no pensamento crítico de Kant durante a década de 1780, de forma a contribuir para um maior esclarecimento sobre este ponto. Especificamente, buscamos compreender a afirmação de Kant, feita na *Crítica da Razão Pura* (1781), a respeito da inserção da psicologia empírica em uma antropologia pormenorizada. Nossa análise sugere que na década de 1780 é mantida a ligação entre a psicologia empírica e o ponto de vista teórico do conhecimento do homem. Essa ligação explica a afirmação de Kant. Ela significa que a psicologia empírica deve ser considerada antropologia escolástica (teórica) e deve ser mais bem desenvolvida de modo a constituir um campo de investigação autônomo. Além disso, mostramos que há também uma forte ligação entre os conhecimentos teóricos da psicologia empírica e a antropologia do ponto de vista pragmático.

**PALAVRAS-CHAVE:** Kant, psicologia empírica, antropologia pragmática

**ABSTRACT:** Although the relationship between empirical psychology and pragmatic anthropology is widely recognized in the specialized literature, there is no consensus over the precise nature of this relationship. The present work aims to investigate this topic in Kant's critical period during the 1780s, in order to contribute to a further clarification of this point. More specifically, we seek to understand Kant's statement in the *Critique of Pure Reason* (1781) regarding the inclusion of empirical psychology in a detailed anthropology. Our analysis suggests that in the 1780s the link between empirical psychology and the theoretical point of view of man's knowledge is maintained. This explains Kant's statement. It means that empirical psychology should be considered scholastic (theoretical) anthropology and should be further developed to constitute an autonomous research field. In addition, we show that there is also a strong link between theoretical knowledge of empirical psychology and anthropology considered from the pragmatic point of view.

**KEYWORDS:** Kant, empirical psychology, pragmatic anthropology

## REFERÊNCIAS

- ARAUJO, S. F. The question of empirical psychology in the pre-critical period: A case for discontinuity in Kant's thought. In S. Bacin; A. Ferrarin; C. La Rocca & M. Ruffing (eds.), *Kant und die Philosophie in weltbürgerlicher Absicht*. Berlin: de Gruyter, 2013, p. 359-366.
- BONACCINI, J. A. 'Antropologia, ciência da natureza humana "por analogia"'. *Kant e-Prints*, v. 5, n. 3, (2010), p. 145-161.
- BORGES, M. 'Psicologia empírica, antropologia e metafísica dos costumes em Kant'. *Kant e-Prints*, v. 2, n. 1, (2003), p. 1-10.
- BRANDT, R / STARK, W. Einleitung. In: *Kants Gesammelte Schriften, Vol. 25*. Berlin: de Gruyter, 1997, p. vii-cl.
- BRANDT, R. *Kommentar zu Kants Anthropologie*. Hamburg: Meiner, 1999.
- COHEN, A. *Kant and the Human Sciences: Biology, Anthropology, and History*. Houndmills, UK: Palgrave Macmillan, 2009.
- COHEN, A. (ed.). *Kant's Lectures on Anthropology: a critical guide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- FRIERSON, P. *Freedom and Anthropology in Kant's Moral Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Kant's Questions: What is the Human Being?* Abingdon: Routledge, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Empirical Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- FULGÊNCIO, L. 'O lugar da psicologia empírica no sistema de Kant'. *Kant e-Prints, Série 2*, v. 1, n. 1, (2006), p. 89-118.
- GOMES, A. 'Uma ciência do psiquismo é possível? A psicologia empírica de Kant e a possibilidade de uma ciência do psiquismo'. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, v. 17, n. 1, (2005), p. 103-111.
- GOUAUX, C. 'Kant's view on the nature of empirical psychology'. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 8, (1972), p. 237-242.
- HATFIELD, G. Empirical, rational and transcendental psychology: Psychology as science and as philosophy. In: P. Guyer (ed.), *The Cambridge companion to Kant*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 200-227.
- \_\_\_\_\_. 'Kant and empirical psychology in the 18th century'. *Psychological Science*, v. 9, n. 6, (1998), p. 423-428.
- HINSKE, N. Kants Idee der Anthropologie. In: H. Rombach (ed.), *Die Frage nach dem Menschen. Aufriß einer philosophischen Anthropologie*. Freiburg: Alber, 1966, p. 410-427.
- JACOBS, B. / KAIN, P. (eds.). *Essays on Kant's Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- KANT, I. *Gesammelte Schriften. Herausgegeben von der Deutschen Akademie der Wissenschaften*. Berlin: de Gruyter, 1900-.
- LEARY, D. E. Immanuel Kant and the development of modern psychology. In: Woodward, W. / Ash, M. (eds.), *The Problematic Science: psychology in nineteenth-century thought*. New York: Praeger, 1982, p. 17-42.

- LEITE, D. A. / ARAUJO, S. F. 'Psicologia Empírica e Antropologia no Pensamento Inicial de Kant'. Kant e-Prints, v. 9, n. 2, (2014), p. 27-57.
- LEITE, D. A. / ARAUJO, S. F. A Concepção de Psicologia na 'Metaphysica' de Alexander Baumgarten (1714-1762) e Sua Relevância Para a História da Psicologia. In S. F. Araujo / F. Caropreso (eds.), *Temas Atuais em História e Filosofia da Psicologia*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2015, p. 43-69.
- LOUDEN, R. *Kant's Impure Ethics*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. General introduction. In: Robert Louden and Günter Zöllner (eds.), *Immanuel Kant, Anthropology, History and Education. The Cambridge Edition of the Works of Immanuel Kant*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p 1-17.
- MCDONOUGH, R. Kant's argument against the possibility of cognitive science. In: H. Robinson (Hrsg.) *Proceedings of the Eight International Kant Congress*, Band II-1. Memphis, 1995, p. 37-45.
- MISCHEL, T. 'Kant and the possibility of a science of psychology'. *The Monist*, v. 51, (1967), p. 599-622.
- NAYAK, A / SOTNAK, E. 'Kant on the impossibility of the "soft sciences"'. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 55, n. 1, (1995), p. 133-151.
- PEREZ, D. O. 'A antropologia pragmática como parte da razão prática em sentido kantiano'. Manuscrito – Revista Internacional de Filosofia, v. 32, n. 2, (2009), p. 357-397.
- \_\_\_\_\_. 'O significado de natureza humana em Kant'. Kant e-Prints, v. 5, n. 1, (2010), p. 75-87.
- \_\_\_\_\_. 'A relação entre a teoria do juízo e a natureza humana em Kant'. *Educação e Filosofia*, v. 27, n.especial, (2013), p. 233-258.
- PLATNER, E. *Anthropologie für Ärzte und Weltweise*. Hildesheim: Olms, 2000.
- SCHMIDT, C. 'Kant's transcendental, empirical, pragmatic and moral anthropology'. *Kant-Studien*, v. 98, (2007), p. 156-182.
- STURM, T. Kant on empirical psychology. In: Watkins, E. (ed.) *Kant and the Sciences*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 163-184.
- \_\_\_\_\_. 'Is there a problem with mathematical psychology in the eighteenth century? A fresh look at Kant's old argument'. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 2, n. 4, (2006), p. 353-377.
- \_\_\_\_\_. 'Why did Kant reject physiological explanations in his anthropology?' *Studies in History and Philosophy of Science*, v. 39, (2008), p. 495-505.
- \_\_\_\_\_. *Kant und die Wissenschaften von Menschen*. Paderborn: Mentis, 2009.
- WESTPHAL, K. Kant's critique of determinism in empirical psychology. In: H. Robinson (Hrsg.), *Proceedings of the Eight International Kant Congress*, Band II-1. Memphis, 1995, p. 357-370.
- WILSON, H. *Kant's pragmatic anthropology: Its origin, meaning and critical significance*. New York: State University of New York, 2006.
- WUNDERLICH, F. *Kant und die Bewußtseinstheorien des 18. Jahrhunderts*. Berlin: Walter de Gruyter, 2005.
- ZAMMITO, J. *Kant, Herder and the birth of anthropology*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

## NOTAS / NOTES

1 Os autores agradecem à CAPES e ao CNPq pelo apoio financeiro.

2 Saulo de Freitas Araujo é Professor de História e Filosofia da Psicologia na Universidade Federal de Juiz de Fora. Possui graduação em psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestrado em filosofia pela Universidade Federal de São Carlos e doutorado em filosofia pela UNICAMP/Universität Leipzig. Suas pesquisas têm como alvo a relação entre filosofia e psicologia no desenvolvimento histórico da psicologia científica, especialmente na tradição alemã. É autor de vários livros e artigos na área de história e filosofia da psicologia. E-mail: saulo.araujo@ufjf.edu.br

3 Diego Azevedo Leite é doutorando na Universidade de Trento (Itália). Possui graduação e mestrado em psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora e tem publicado trabalhos na área de história e filosofia da psicologia. Particularmente, tem investigado as contribuições de Kant para a área da psicologia e a relação entre a psicologia empírica e a antropologia pragmática. E-mail: diego.azevedo.leite@gmail.com

4 As traduções das passagens da *CRP* citadas neste trabalho são de Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão, de acordo com a edição portuguesa publicada pela *Fundação Calouste Gulbenkian*. As demais traduções do alemão são de nossa inteira responsabilidade.

5 *Metábasis eis állo génos* é uma expressão grega que significa 'transgressão para outro campo'. Ao usar essa expressão, Kant parece apenas querer enfatizar que a psicologia empírica foi posta equivocadamente na metafísica, pois ela não pertence a esse gênero de conhecimento e isso constitui uma transgressão.

6 A partir desta obra, o termo 'antropologia' se tornou mais popular, embora, como mostramos (Leite & Araujo 2015), ele já se encontrava na tradição filosófica alemã há muito tempo, inclusive na tradição da *Schulphilosophie*.

7 Kant parece jamais ter afirmado que conhecimentos desse tipo fossem totalmente irrelevantes para o conhecimento do homem. Pelo contrário, em algum grau e para determinada finalidade, eles têm a sua validade. A questão é entender corretamente em que grau e para que finalidade eles são relevantes ou irrelevantes dentro do conhecimento do homem (cf. Sturm 2008, 2009).

8 É importante lembrar que o início do desenvolvimento da ideia de conhecimento do mundo e conhecimento pragmático parece estar ligado à possibilidade de aplicação de conhecimentos da psicologia empírica à vida cotidiana, tal como foi indicado por Kant na obra de 1765, *Anúncio sobre a Organização das Preleções do Semestre de Inverno de 1765/1766* (Leite & Araujo 2014).

9 Não se pode confundir isso com o uso mal intencionado de outros seres humanos simplesmente como meios para atingir fins egoístas – isso não é prudência, mas sim malícia (*Arglist*). Para maiores detalhes sobre esta importante distinção, ver Wilson (2006).

10 Nesta mesma obra, Kant faz duras críticas à pretensão da psicologia empírica de ser uma ciência genuína. Não é possível tratar desta questão no presente trabalho, devido aos seus limites. Outros autores já trataram do tema e existe uma bibliografia razoável a esse respeito (e.g. Gouaux 1972; Hatfield 1992; McDonough 1995; Mischel 1967; Nayak & Sotnak 1995; Sturm 2001, 2006, 2009; Westphal 1995). De qualquer forma, ainda nesta obra, Kant considerou a psicologia empírica como uma teoria natural histórica do sentido interno, isto é, uma descrição natural da alma (MAN, AA 04: 471).

---

Recebido / Received: 06/07/15

Aprovado / Approved: 25/07/15.

